



RESUMOS EXPANDIDOS E RELATO DE EXPERIÊNCIA

FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS TERRITÓRIOS E CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NA BAHIA

Aurélio José Antunes de Carvalho¹, Luiz Orleans Feitoza dos Santos²

1IF Baiano – *Campus* Santa Inês, PROEX/ Reitoria aurelio.jose@ifbaiano.edu.br, 2IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa – luizorleans@yahoo.com.br

RESUMO: O trabalho tem como objetivo montar um quadro da atual situação da comercialização da produção orgânica das unidades familiares camponesas nos territórios baianos mais expressivos. Tem-se como referência ações de comercialização no âmbito territorial, a exemplo das feiras da agricultura familiar fomentadas por grupos populares com apoio governamental, denominadas agroecológicas, bem como feiras de produtos certificados como orgânicos e em vias de conversão para a agricultura sob bases agroecológicas. Foram efetuadas entrevistas com as duas servidoras do MAPA que coordenam a Comissão de Produtos Orgânicos na Bahia Cporg/BA, responsáveis pelo monitoramento e fiscalização da produção orgânica no estado; três representantes de OCS e OPAC, que atuam junto a produtores certificados e em processo de transição agroecológica; quatro promotores de feiras agroecológicas; além da participação em 11 reuniões de trabalho e seminários promovidas pela SDR para discussão desse tema, com a presença de extensionistas da Bahiater e produtores. Foram realizadas consultas ao sítio eletrônico do MAPA, as quais possibilitaram sistematizar os dados sobre instituições certificadoras, produtores, distribuição destes por municípios e territórios, atualizando dados, sendo possível visualizar aumento de 484,37% na adesão ao modo de produção orgânico enquanto SPG pelos agricultores baianos no período de análise de um ano.

Palavras-chave: Produção Orgânica; Agricultura familiar; Produtos agroecológicos; Certificação social.

INTRODUÇÃO

As feiras alternativas articuladas por organizações de agricultores familiares camponeses constituem-se como estratégia de oferta de produtos livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (OGM). Na Bahia, existem diversas experiências de feiras semanais ou mesmo periódicas com esse recorte.

Como exemplo, têm-se o município de Irecê, onde a Feira do Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental (Garra), entidade de caráter ambientalista, acontece há 22 anos, sendo considerada uma das experiências de feira de produtos alternativos, com recorte agroecológico, mais antiga do interior do estado. Contudo, mesmo tendo caráter agroecológico e camponês, os produtos não certificados oficialmente como orgânicos.



O objetivo desse trabalho¹ é apresentar o atual cenário da produção e comercialização de produtos orgânicos na Bahia, analisando diversos territórios, respeitando suas especificidades e tempo organizacional das entidades de produtores, concomitantemente, junto com os agricultores familiares camponeses, foram discutidas alternativas à comercialização de seus produtos com agregação de valor.

Conclui-se que o atual cenário, dentro do espaço temporal de um ano, é de incremento significativo de agricultores que buscam obter a certificação de seus produtos por meio do Sistema Participativo de Garantia.

MATERIAL E MÉTODO

Foram realizadas visitas à Superintendência Federal da Agricultura (SFA) na Bahia, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para aquisição de referências bibliográficas e coleta de dados na Comissão Estadual da Produção Orgânica (Cporg/BA), sendo também coletadas informações no sítio eletrônico do MAPA, no campo “desenvolvimento sustentável”², referentes às instituições certificadoras e produtores certificados. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas (LAKATOS, 2003) com membros de organizações de produtores orgânicos e grupos não formais em processo de conversão dos territórios Velho Chico, Irecê, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte da Diamantina e Litoral Sul. Usou-se, também, formulários específicos; procedendo a sistematização. Dados secundários foram obtidos em publicações referentes: a) agroecologia; b) legislação dos produtos orgânicos; c) experiências de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar camponesa e agroecológicos, através das modalidades de certificação social; d) produção agrícola na Bahia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹ A pesquisa e extensão com foco na certificação de produtos orgânicos foi possibilitada mediante a liberação de recursos advindos de Edital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão, através da Chamada Interna Nº 02/2015.

²<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>, visitado no período de maio de 2015 a outubro de 2016.



A comercialização dos produtos qualificados enquanto orgânicos no Brasil tem como marco legal a Lei nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Sua regulamentação, no entanto, ocorreu apenas em 27 de dezembro de 2007 com a publicação do Decreto nº. 6.323 (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009). A entrada em vigor da legislação específica proporcionou à agricultura orgânica o reconhecimento dos diversos sistemas de produção e comercialização. Existem as seguintes formas: o controle social na venda direta (OCS); o Sistema Participativo de Garantia (SPG), por meio de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC); e os Organismos de Aferimento de Certificação (OAC), pessoas jurídicas, de direito público ou privado, qualificadas para tal fim. De acordo com consulta realizada ao sítio eletrônico do MAPA, até maio de 2015 atuavam na Bahia três certificadoras qualificadas como OAC: IBD Certificações Ltda, Ecocert Brasil Certificadora e Imo Control do Brasil Ltda; e quatro grupos constituídos como OCS: Acpo. BA, Associação da Fazenda Barroca de Cima e Adjacências, Grupo Luz do Sol e Consea Orgânico. A primeira OPAC formalizada na Bahia foi a Associação Povos da Mata, articulada por associações e ONG do território Litoral Sul.

Quadro 1- Situação da certificação da agricultura familiar em territórios da Bahia. Período pesquisado: 2015-2016

TERRITÓRIOS	Certificadoras	Audit. Ext.	Certif. Part.
Bacia do Rio Corrente (23)	IBD e Ecocert	1	-
Baixo Sul (6)	IBD e Ecocert	52	-
Chapada Diamantina (3)	IBD	37	-
Extremo Sul (7)	IBD	5	-
Itapetinga (8)	IBD	3	-
Litoral Sul (5)	IBD, Povos da Mata	52	230
Litoral Norte e Agreste Baiano (18)	IBD	15	-
Médio Rio das Contas (22)	IBD	1	-
Piemonte da Diamantina (16)	Refas Piemonte Mirangaba e Refas Piemonte Jacobina	-	16
Piemonte Norte do Itapicuru (25)	Assoc.daFaz. Barroca de Cima e Adjacências	1	45
Piemonte do Paraguaçu (14)	Acpo.BA	-	4
Portal do Sertão (19)	IBD	19	1
Reg.Metrop. de Salvador – RMSSA (26)	IBD, Ecocert e Afoma	11	13
Semiárido NE II (17)	IBD	4	-
Sertão do São Francisco (10)	IBD, Ecocert e Consea Orgânico	52	1
Sisal (4)	IBD	1	-
Vale do Jiquiriçá (9)	IBD	1	-
Vitória da Conquista (20)	IBD	1	-
TOTAL		256	310



Em 2016, ocorreu crescimento das organizações sociais de certificação na ordem de 484,37%, distribuído em vários territórios do estado, como alternativa aos elevados custos da certificação por auditoria pelas OAC, conforme Quadro 1. Contudo, territórios bastante representativos como Irecê (1)³, Velho Chico (2) e Bacia do Rio Grande (11), apesar de apresentarem iniciativas como feiras de agricultores familiares e agroecológicas, não estão identificados no quadro porquanto não possuem agricultores familiares, e nem mesmo patronais certificados como produtores orgânicos.

Aquino e Assis (2005) consideram que “para grande parte dos produtores, o principal incentivo na tomada de decisão em favor da conversão ao manejo orgânico de suas propriedades é financeiro”. Para Fonseca (2009), esse mecanismo é bastante considerado pelos agricultores familiares, todavia para que seja possível, os produtores “deverão atender aos requisitos estabelecidos para a venda direta sem certificação, porém como membros de uma Organização de Controle Social (OCS)”, alargando-se o horizonte para além da mera relação entre oferta e procura.

CONCLUSÃO

A construção de redes de comercialização mais complexas entende-se como o próximo passo a seguir, sendo necessário o apoio dos órgãos de governo nesse sentido, estes fornecendo a assistência técnica e extensão rural pública necessárias, bem como a garantia de prioridade na aquisição de produtos certificados via políticas públicas.

Evidencia-se o incremento na certificação social no período pesquisado, contudo, diante da produção existente não certificada e da extensão da Bahia, há muito por fazer neste segmento produtivo. A ação de preparar técnicos e agricultores com ênfase em formação na área de comercialização certificada é uma tarefa a ser implementada pelas instituições públicas e organizações não governamentais (ONG). De acordo com Henz et al. (2007, p. 214), em resposta a “como saber se o produto é orgânico”, é fundamental que seja destacada a importância da relação direta entre o produtor e o consumidor, já que entre eles estabelece relação de confiança no momento em que o consumidor reconhece a qualidade do produto, valorizando quem o produz. Daí a importância da certificação participativa reforçando tal relação de confiabilidade.

³ A numeração aqui apresentada refere-se aos Territórios de Identidade, obedecendo a nomenclatura utilizada em publicações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, ADRIANA MARIA DE; ASSIS, RENATO LINHARES (ED.). **AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS PARA UMA AGRICULTURA ORGÂNICA SUSTENTÁVEL**. BRASÍLIA, DF: EMBRAPA, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **MECANISMOS DE CONTROLE PARA A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA**. BRASÍLIA, DF: MAPA/ACS, 2008.

_____. **LEGISLAÇÃO PARA OS SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL**. BRASÍLIA, DF: MAPA/ACS, 2009.

FONSECA, M. F. DE A. C. **AGRICULTURA ORGÂNICA: REGULAMENTOS TÉCNICOS PARA ACESSO AOS MERCADOS DOS PRODUTOS ORGÂNICOS DO BRASIL – NITERÓI**: PESAGRO, 2009.

HENZ, GILMAR PAULO; ALCÂNTARA, FLÁVIA APARECIDA DE; RESENDE, FRANCISCO VILELA (ED.). **PRODUÇÃO ORGÂNICA DE HORTALIÇAS: O PRODUTOR PERGUNTA A EMBRAPA RESPONDE**. BRASÍLIA, DF: EMBRAPA, 2007.

LAKATOS, EVA MARIA; MARCONI, MARINA DE ANDRADE. **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**. 5ª. ED. SÃO PAULO: ED. ATLAS, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA**. SALVADOR: SEI, 2013, V. 27.